

A REDE DE LOCALIDADES CENTRAIS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS*

Roberto Lobato Corrêa**

A teoria das localidades centrais foi formulada, em 1933, por Walter Christaller¹. Trata-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresentam enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços, ou seja, enquanto localidades centrais.

Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços, oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, onde os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços, e atuam sobre áreas semelhantes, no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população. Os mecanismos fundamentais que atuam gerando essa hierarquia de centros são, de um lado, o alcance espacial máximo

e, de outro, o alcance espacial mínimo serão considerados mais adiante.

Christaller, no entanto, discute não apenas os elementos e mecanismos que definem e estruturam uma rede de localidades centrais, mas também suas condições e natureza variáveis, incluindo mudanças na organização social e econômica. O autor em questão considera, em sua análise sobre a variabilidade da rede de localidades centrais, alguns aspectos que são efetivamente pertinentes às áreas subdesenvolvidas, ainda que este não fosse o seu propósito.

A partir de Christaller, numerosos estudos sobre localidades centrais nos países subdesenvolvidos foram realizados. Alguns deles preocuparam-se claramente com as relações entre o subdesenvolvimento e a rede de centros, incluindo questões de natureza metodológica. Estes estudos produziram contribuições à teoria das localidades centrais e à compreensão do subdesenvolvimento, em sua dimensão espacial.

O propósito do presente trabalho é o de resgatar as principais contribuições teóricas produzidas nesses estudos. Não se trata,

* Recebido para publicação em 16/6/87.

** Analista especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

¹ Walter Christaller, ver Bibliografia.

entretanto, de uma revisão bibliográfica, mas de um esforço de sintetizar os resultados obtidos. A partir da bibliografia pertinente ao tema em questão, entendemos que nos países subdesenvolvidos a rede de localidades centrais apresenta-se, ao lado de possíveis setores regionais onde ela se caracteriza por forte semelhança com o esquema christalleriano, caracterizada por três modos de organização. Tais modos, no entanto, não são mutuamente excludentes, podendo coexistir em uma mesma rede regional. Trata-se, primeiramente, da rede dendrítica de localidades centrais; em segundo lugar, dos mercados periódicos, e, por fim, do desdobramento da rede em dois circuitos. Por outro lado, os modos acima mencionados não esgotam a rica variedade de aspectos que caracterizam as redes de centros dos países do Terceiro Mundo, constituindo, no entanto, os mais importantes tipos de organização das mencionadas redes.

AS REDES DENDRÍTICAS

Segundo Johnson², é através de um arranjo estrutural e espacial denominado rede dendrítica que se verifica um dos modos de organização da rede de localidades centrais, nos países subdesenvolvidos: segundo o mencionado autor, a descrição inicial desse tipo de rede deve-se a Sidney Mintz, em seu estudo sobre mercados haitianos.

Quais são as características básicas da rede dendrítica de centros? A este respeito as contribuições de Johnson³ e Kelley⁴, que muito se assemelham, são fundamentais: o que se segue está em grande parte apoiado em ambos os autores.

Primeiramente, uma rede dendrítica de localidades centrais caracteriza-se pela origem colonial, ou seja, é no âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital europeu que nasce e se estrutura uma rede dendrítica. Seu ponto de partida é a fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada, em face de uma futura hinterlândia. Essa cidade, de localização junto ao mar, é o ponto inicial de pe-

netração do território e sua porta de entrada e de saída.

Desde o início, concentra as principais funções econômicas e políticas da hinterlândia, transformando-se em um núcleo desmensuradamente grande, em relação aos demais centros da hinterlândia. A primazia urbana, tal como analisada, entre outros, por Linsky⁵, inclui macrocefalias urbanas com esse tipo de origem. Por outro lado, dada a natureza funcional desse núcleo urbano, Lentnek, Mitchell e Koenig⁶ denominaram-no cidade primaz comercial, enquanto Smith⁷ refere-se a todo o conjunto de centros como sendo um sistema primaz.

A cidade primaz concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, através do qual toda a região vê viabilizada a sua participação na divisão internacional do trabalho. Concentra, assim, a maior parte da renda, bem como a elite regional de raízes predominantemente fundiárias mercantis. Principal mercado de trabalho urbano, transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano.

Em segundo lugar, a rede dendrítica caracteriza-se pelo excessivo número de pequenos centros, pequenos pontos de venda indiferenciados entre si, no que se refere ao comércio varejista. Resulta essa característica do baixo nível de demanda da população e de sua limitada mobilidade espacial, bem como da precariedade das vias e dos meios de transporte.

A ausência de centros intermediários intersticialmente localizados constitui a terceira característica da rede dendrítica. De modo imediato, as causas dessa característica derivam do padrão de interações comerciais atacadistas, marcado por múltiplas transações, assim descritas: cada centro da rede recebe *de* e envia *para* um núcleo maior e mais próximo da cidade primaz. As interações assim direcionadas impedem o aparecimento de centros intermediários intersticialmente localizados. Tal padrão espacial de interações constitui-se, por outro lado, em um esquema de drenagem de recursos em geral; drenagem esta que privile-

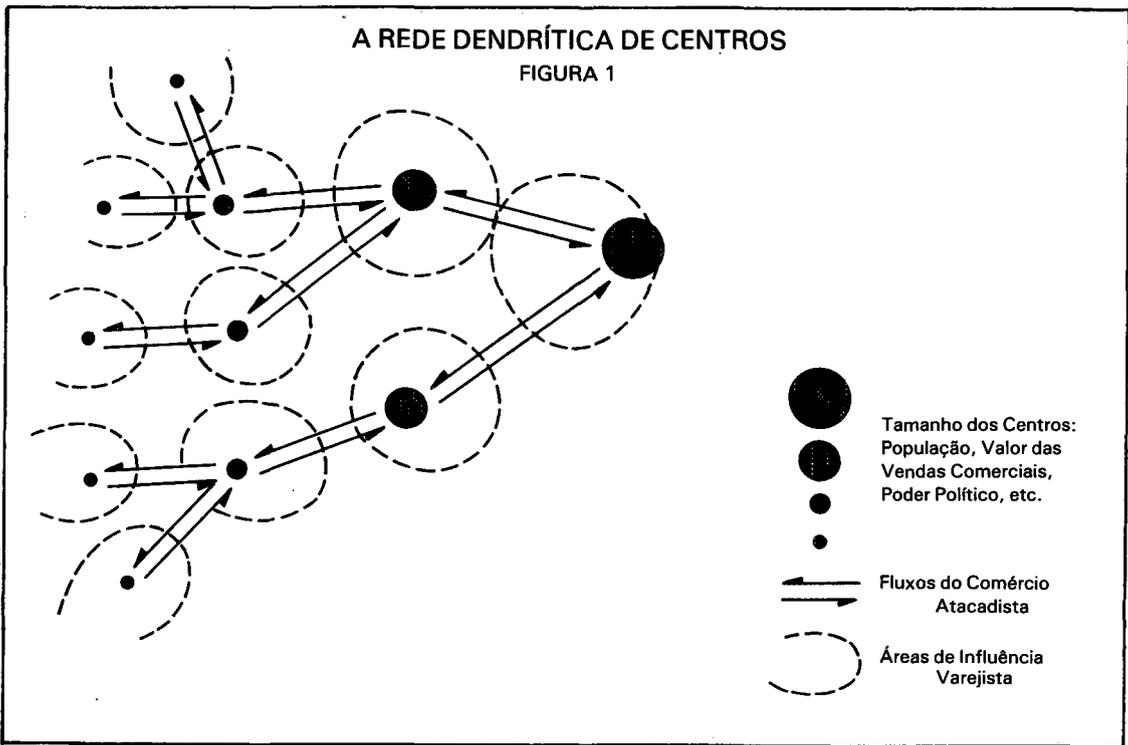
² E. A. J. Johnson, ver Bibliografia. — ³ E. A. J. Johnson, ver Bibliografia. — ⁴ K. B. Kelley, ver Bibliografia. — ⁵ A. S. Linsky, ver Bibliografia. — ⁶ B. Lentnek et alii, ver Bibliografia. — ⁷ C. Smith, ver Bibliografia.

gia parcialmente a cidade primaz em detrimento de sua hinterlândia conforme assinala Johnson⁸. Em realidade na rede dendrítica verifica-se, em conseqüência do padrão espacial de interações, que à medida que se afasta da cidade primaz, os centros urbanos diminuem gradativamente de tamanho populacional, no valor de vendas do comércio atacadista e em termos de expressão política. A Figura 1 descreve diagramaticamente as características antes mencionadas.

As Figuras 2a e 2b, por outro lado, fornecem dois exemplos de redes urbanas regionais. A Figura 2a refere-se à rede de Floriano, no Piauí e no Maranhão, que é do tipo dendrítico. Nota-se a extensão da rede e a grande distância entre os centros da mesma. A Figura 2b diz respeito à rede de Bauru, no oeste paulista. Estruturalmente, diferencia-se muito de sua congênera nordestina. A capital regional não está excêntrica localizada, como ocorre com Floriano, e há numerosos centros intermediários intersticialmente localizados como Garça, Pirajuí, Ibitinga e Lençóis Paulista, centros de zona, ou Botucatu, Jaú e Lins, centros sub-regionais, que estão ausentes

na rede de Floriano. Por outro lado, como as duas redes estão representadas na mesma escala, constata-se a natureza mais compacta da rede de Bauru, que se aproxima, assim, da descrita no modelo de Christaller. A propósito dos tipos de redes de localidades centrais, no Brasil, consulta-se o trabalho de Cardoso e Azevedo⁹.

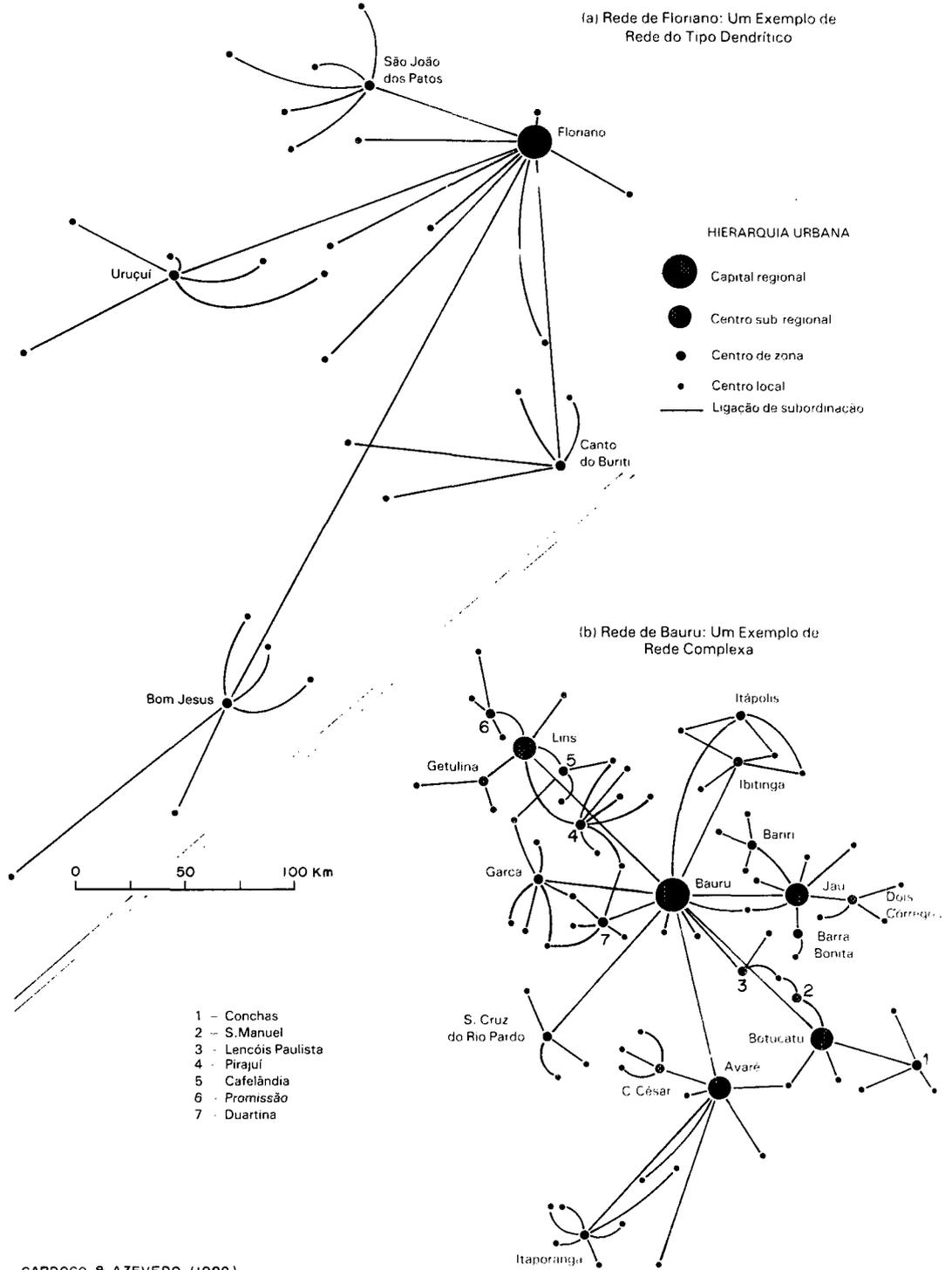
Segundo Johnson¹⁰, no extremo da rede dendrítica de centros, no interior remoto da hinterlândia da cidade primaz, localizam-se mercados periódicos que, dada a importância que possuem nos países subdesenvolvidos, serão considerados em outra parte do presente trabalho. Mais além, ainda, o território transforma-se no campo de ação preferencial de mascates, vendedores itinerantes sem localização definida, cuja função básica é a de promover a integração de áreas da fronteira econômica no mercado mundial, conforme mostra Plattner¹¹. Segundo ele, à medida que a área remota integra-se à economia mundial de modo mais sólido, os mascates passam a ter uma localização definida, quer em mercados periódicos, quer em mercados permanentes, ou se deslocam para novas áreas de frontei-



⁸ E. A. J. Johnson, ver Bibliografia. — ⁹ M. F. T. C. Cardoso e L. M. P. Azevedo, ver Bibliografia. —

¹⁰ E. A. J. Johnson, ver Bibliografia. — ¹¹ S. M. Plattner, ver Bibliografia.

COMPARAÇÃO DE REDES URBANAS REGIONAIS
1978
FIGURA 2



ra, onde continuam a exercer o papel de mascates.

A Figura 3 nos fornece um exemplo de uma rede regional de localidades centrais que, até cerca de 1960, constituiu um dos mais significativos exemplos de rede dendrítica. Trata-se da rede urbana da Amazônia, durante o período áureo da borracha, 1890–1910, aproximadamente. A figura em pauta descreve a organização espacial do sistema de "aviamento" regional. Como se sabe, o "aviamento" é, em essência, o financiamento em bens de consumo, instrumentos de trabalho e dinheiro, feitos pelas grandes casas atacadistas "aviadoras" de Belém ou de Manaus, com o objetivo de obter, mais tarde, a borracha, produto do extrativismo vegetal. A rede urbana regional não é mais do que a cristalização no espaço do sistema de "aviamento", que tem um padrão de circulação mar-

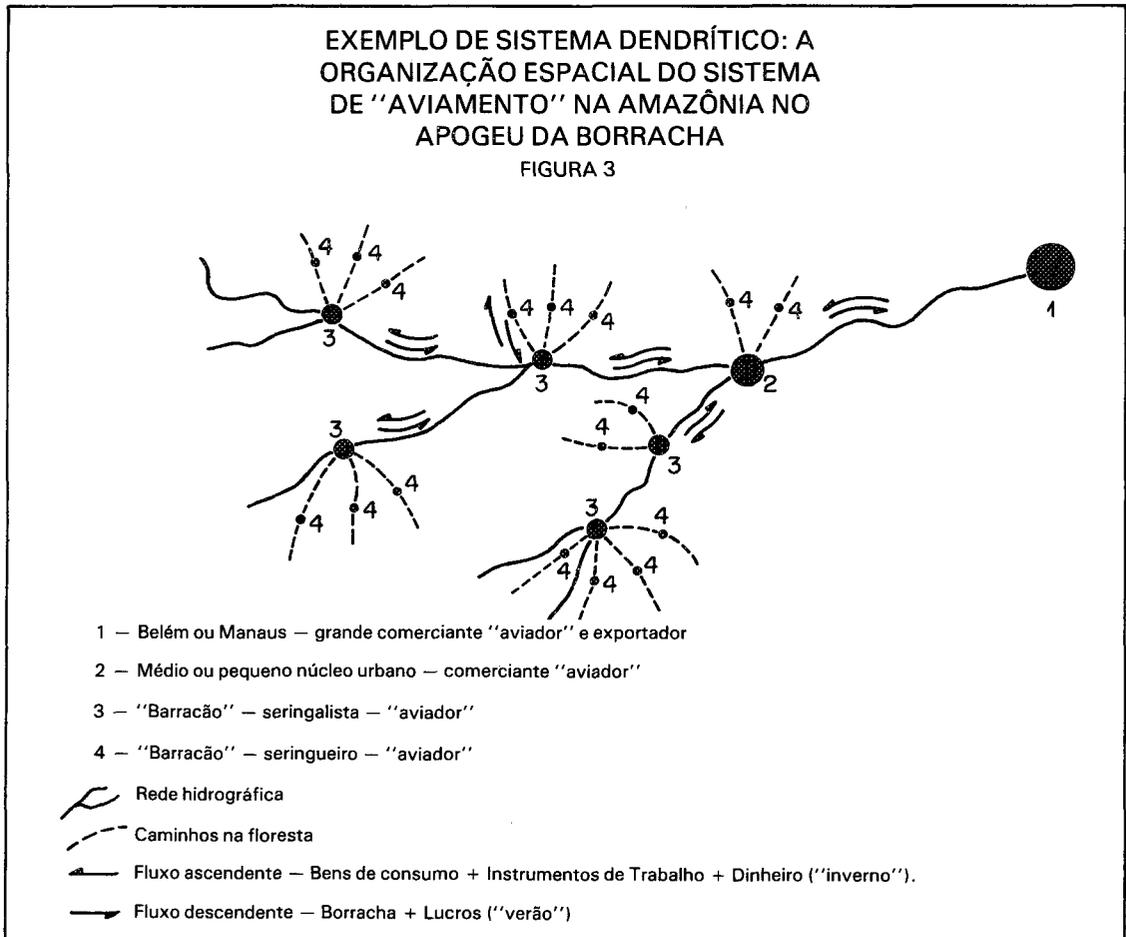
cado pela rede de drenagem regional, assumindo assim uma forma dendrítica.

A longa transcrição que se segue, retirada de Oliveira¹², descreve o funcionamento da rede dendrítica amazônica:

"No topo, ficavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, que funcionavam como financiadoras, abastecedoras e intermediárias, fornecendo os bens de consumo e instrumentos de trabalhos necessários à exploração dos seringais e cauchais a um aviador menor, que podia ser o dono de um estabelecimento comercial em povoados próximos dos seringais. Este, cobrando juros, aviava o seringalista que, por sua vez, através do regime de barracão (local onde os produtos eram armazenados e onde era marcada a dívida do extrator que ali, compulsoriamente, se abastecia), aviava o coletor e, depois disso, a cadeia se invertia, começando o processo de entrega da borra-

EXEMPLO DE SISTEMA DENDRÍTICO: A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SISTEMA DE "AVIAMENTO" NA AMAZÔNIA NO APOGEU DA BORRACHA

FIGURA 3



¹² A. E. Oliveira, ver Bibliografia, p. 236-237.

cha, até chegar ao mercado internacional: o extrator entregava o produto coletado ao seringalista, que o entregava ao comerciante e este à casa exportadora em Belém e Manaus. A partir daí a goma elástica chegava ao seu destino na Inglaterra, Estados Unidos e outros países”.

A rede dendrítica de localidades centrais pode evoluir, segundo Kelley¹³, passando de uma rede imatura, com apenas dois níveis hierárquicos, a cidade primaz, de um lado, e os demais centros que não se apresentam funcionalmente estratificados, de outro, para uma rede madura, onde aparece uma estratificação funcional entre os centros da rede. A passagem de um padrão para outro implica em uma maior complexidade na esfera da produção, circulação e consumo, com a coleta e redistribuição intra-regional de produtos da própria hinterlândia da cidade primaz, visando ao mercado consumidor regional. A passagem para outro padrão de rede, diferente do tipo dendrítico, pressupõe, por outro lado, mudanças mais profundas na esfera da produção, circulação e consumo regional.

OS MERCADOS PERIÓDICOS

Os mercados periódicos constituem um dos modos como está estruturada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. Sua existência foi verificada em diversos contextos sócio-econômicos e culturais, na América Latina, África e Ásia.

Os mercados periódicos são definidos como aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco em cinco dias, durante o período de safra, ou de acordo com outra periodicidade. Fora dos períodos de intenso movimento comercial esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias.

Nos dias de mercado, o pequeno núcleo transforma-se em um centro de mercado.

Vendedores dos mais variados produtos, artesão e prestadores de diversos serviços amanhecem no centro com suas mercadorias e instrumentos de trabalho. São provenientes de outro pequeno núcleo, onde no dia anterior atuaram em seus ofícios, ou de um centro maior, onde residem e exercem quase permanentemente a mesma atividade. Alguns vieram da zona rural onde se dedicam às atividades primárias: vieram vender suas produções e comprar alguns bens que não produzem. Utilizando tropas de burro, a cavalo, em carroças, em caminhões e utilitários, em embarcações e, mesmo, a pé, vendedores e compradores dirigem-se ao núcleo em seus dias de mercado. Esses são, ainda, os dias em que as pessoas se encontram, sabem das novidades e realizam eventos sociais, culturais e políticos.

Os mercados periódicos representam uma forma de sincronização espaço-temporal das atividades humanas. Assim, os dias de funcionamento de cada mercado acham-se articulados aos dos demais, numa lógica de tempo e espaço, envolvendo o deslocamento periódico e sincronizado dos participantes de um dado mercado. Em outros termos, os comerciantes e prestadores de serviços reúnem-se a cada dia em um determinado núcleo de povoamento, para onde converge a clientela de uma área próxima ao núcleo.

A periodicidade dos mercados, contudo, é extremamente variável. Frölich¹⁴, por exemplo, mostra que na África os mercados diferem-se de região para região: realizam-se a cada três dias de intervalo ou de quatro em quatro, cinco em cinco, seis em seis, sete em sete ou oito em oito dias. Na região central da Coréia do Sul, por outro lado, Stine¹⁵ mostra que os mercados periódicos ocorrem de cinco em cinco dias, variando, no entanto, em cada centro, os dias de mercado. Assim, de acordo com o mês lunar, um dado centro pode ter seu mercado nos dias 1 — 6 — 11 — 16 — 21 e 26, sendo designados uns por 1 — 6; outros por 2 — 7; 3 — 8; 4 — 9; e 5 — 10.

Os mercados periódicos têm merecido a atenção de viajantes e exploradores desde, pelo menos, o Século XVIII. No século se-

¹³ K. B. Kelley, ver Bibliografia. — ¹⁴ W. Frölich, ver Bibliografia. — ¹⁵ Stine, ver Bibliografia.

guinte, sobretudo na sua segunda metade, no bojo da expansão colonial europeia, amplia-se o interesse pelo conhecimento das áreas não-europeias, decorrendo daí descrições sobre os mercados periódicos. Foram, principalmente, os etnólogos que realizaram o maior número de estudos; mas os geógrafos, também contribuíram para o conhecimento desses mercados. No século atual o número de estudos aumentou, tendo ocorrido sistematizações e avaliações dos resultados obtidos. A este respeito o trabalho de Frölich¹⁶, sobre os mercados africanos (publicado, originalmente, em 1940), alicerçado em cerca de quatro centenas de artigos e livros, constitui um exemplo.

Outras sistematizações e avaliações foram feitas, entre outros, por Bromley e Symanski¹⁷ no que se refere à América Latina, por Bromley¹⁸, em relação aos países subdesenvolvidos em geral, e por Smith¹⁹, este analisando especificamente a bibliografia mais recente sobre os mercados periódicos.

O estudo de Skinner

O estudo de Skinner²⁰ constitui uma notável contribuição a respeito dos mercados periódicos. Refere-se aos mercados chineses da região de Szechwan, estudados por ele no período 1949—1950. Visava a entender as estruturas de mercado, enquanto sistema econômico, espacial e social. Afirma Skinner²¹ que:

“... as estruturas de mercado inevitavelmente modelam a organização social local e fornecem um dos modos cruciais para integrar miríades de comunidades camponesas em um único sistema social que é a sociedade total”

Skinner argumenta que na China, via de regra, os mercados rurais são periódicos, envolvendo mascates, artesãos, prestadores de serviços de reparação, pessoas que escrevem cartas, etc.

A periodicidade dos mercados deve-se, do ponto de vista do comerciante itinerante, ao fato de que²²:

“... a periodicidade na venda tem a virtude de concentrar a demanda de seu produto

em determinadas localidades em dias específicos. Quando um grupo de mercados opera com uma programação periódica (e não diariamente), o itinerante pode estar em cada cidade do circuito em seu dia de mercado”.

Do lado da demanda, o caráter de subsistência da economia camponesa implica em:

a) não haver necessidade de relações diárias com o mercado;

b) ser muito grande o número necessário de famílias para justificar um dado mercado, fazendo com que a sua hipotética área de influência se estenda em demasia, a ponto de excluir as famílias que moram na periferia da área. Assim, argumenta Skinner²³:

“... quando os mercados são periódicos e não diários, os centros de mercado podem estar distribuídos mais densamente na paisagem”,

de modo que muitos camponeses possam, em pouco tempo e em dias específicos, alcançar um dado mercado. Para o consumidor²⁴:

“... a periodicidade do mercado aparece como um artifício para reduzir a distância que ele deve viajar para obter os bens e serviços requeridos”,

distância esta que seria muito grande se houvesse um único mercado fixo.

A periodicidade dos mercados chineses é, por outro lado, muito variável, coexistindo mercados organizados, segundo vários ciclos. Alguns são regulados pela posição do sol, outros pelo mês lunar, ou ainda por outras razões. Os ciclos mais importantes são:

a) de seis dias ou dois, em cada 12 dias: neste período, os mercados realizam-se em um dado centro, nos dias 1 e 7; em outro centro nos dias 2 e 8; em outro mais nos dias 3 e 9; um outro centro tem seus mercados nos dias 4 e 10; enquanto dois outros os têm, respectivamente, nos dias 5 e 11; e 6 e 12. No 13.º dia, recomeça um novo ciclo envolvendo os mesmos centros.

b) de cinco dias ou dois em cada dez dias. Cada um dos cinco centros interligados no mesmo ciclo terá seu mercado em um dos

¹⁶ W. Frölich, ver Bibliografia. — ¹⁷ R. J. Bromley e R. Symanski, ver Bibliografia. — ¹⁸ R. J. Bromley, ver Bibliografia. — ¹⁹ R. H. T. Smith, ver Bibliografia. — ²⁰ G. W. Skinner, ver Bibliografia. — ²¹ G. W. Skinner, ver Bibliografia, p. 3. — ²² G. W. Skinner, ver Bibliografia, p. 10. — ²³ G. W. Skinner, ver Bibliografia, p. 11. — ²⁴ G. W. Skinner, ver Bibliografia, p. 10.

seguintes dias: 1 e 6; 2 e 7; 3 e 8; 4 e 9; e, finalmente, 5 e 10.

c) de três dias ou três em cada dez dias, sendo um dia de descanso. Os mercados realizam-se nos dias: 1-4-7; 2-5-8; e 3-6-9 (ver Figura 4 que apresenta este ciclo em sua forma diagramática).

Os mercados periódicos são hierarquizados. Os dois níveis inferiores têm ocorrência no centro elementar (*standard market*) e centro intermediário (*intermediate market*). Nos níveis hierárquicos superiores, a importância dos itinerantes diminui, ganhando maior importância os comerciantes e prestadores de serviços fixos.

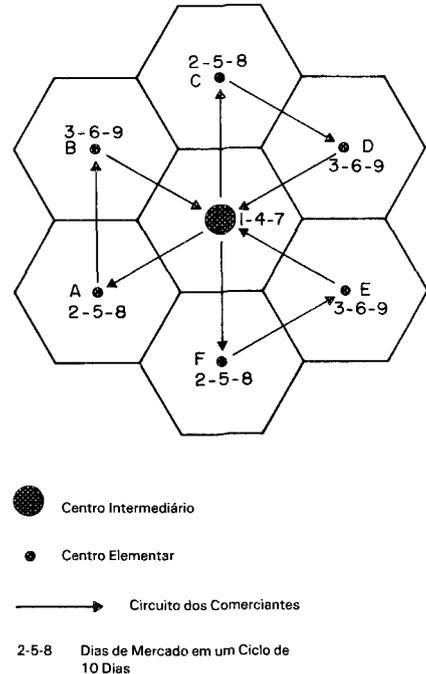
O centro elementar atende sobretudo às necessidades do campesinato: sua área de influência engloba aldeias rurais ou uma população rural dispersa. Constitui-se no local onde o camponês vende seus excedentes e adquire os bens e serviços de que necessita. Os dias de mercado nestes centros elementares verificam-se de modo a minimizar a competição com o centro intermediário a que estão subordinados. Assim, centros elementares vizinhos podem ter os mesmos dias de mercado mas em nenhum deles deverá coincidir com os dias de mercado do centro intermediário (ver novamente a Figura 4).

O centro elementar e sua área de influência, por outro lado, não constituem apenas um espaço onde as transações econômicas são realizadas. Constituem, também, um espaço social, cultural e político, envolvendo tanto relações interclasses (camponeses, comerciantes e elites locais), como a organização de festivais religiosos, a existência de organizações formais para diversos propósitos, e, ainda, a recreação. Assim, a respeito do festival religioso realizado no centro elementar, Skinner²⁵ comenta que ele:

“... fornece uma reafirmação da extensão territorial da comunidade e um reforço simbólico de um estrutura centrada na cidade”.

O centro intermediário, por sua vez, exerce uma atuação espacial diferenciada. Atua em área próxima e em distante, nesta estando presentes os centros elementares. Asso-

MERCADOS PERIÓDICOS: CICLO DE 10 DIAS — PROVÍNCIA DE SZECHWAN, CHINA — 1949 — 1950
FIGURA 4



ciado à dupla atuação, o tipo de centro pode ter dois ciclos de dias de mercado: um, servindo a toda a sua área de influência, com dias não conflitantes com aqueles dos centros elementares subordinados, e outro ciclo com os mesmos dias de seus centros elementares. Neste caso o mercado assume menor importância, servindo à área de influência mais próxima.

O centro intermediário é o local de residência dos comerciantes itinerantes, onde eles descansam e renovam o estoque. É, ainda, o ponto de encontro das elites locais residentes na área de mercado do centro, elite esta que tem parcela de sua demanda satisfeita neste tipo de centro.

O estudo de Skinner contém várias indicações que nos conduzem à compreensão dos mercados periódicos. Os estudos que se seguem constituem tentativas de explicação a respeito da gênese, funcionamento e evolução dos mercados periódicos.

²⁵ G. W. Skinner, ver Bibliografia, p. 38.

Tentativas de explicação

Uma das explicações a respeito da periodicidade dos mercados é dada por Stine²⁶. Argumenta ele que após a passagem de uma economia autárquica para uma economia de mercado, se verifica a progressiva especialização produtiva das áreas rurais, implicando em trocas entre elas. As trocas são viabilizadas por um conjunto de centros, as localidades centrais, que começam a emergir na "paisagem econômica". No entanto, os agentes que realizam as funções de troca podem atuar de maneira móvel ou fixa, atribuindo aos centros um caráter de mercado periódico ou permanente. No caso da Coréia do Sul, estudada por Stine, verificou-se a coexistência de mercados permanentes e periódicos, estes últimos ocorrendo nos pequenos centros.

A explicação de Stine baseia-se em duas ordens de considerações. De um lado, considera a teoria das localidades centrais de Christaller como base para uma explicação satisfatória a respeito do funcionamento dos mercados periódicos: particularmente importantes são os conceitos de alcance espacial máximo (*range* ou *maximum range*) e de alcance espacial mínimo (*threshold* ou *minimum range*). De outro, considera que a natureza periódica ou permanente dos mercados verifica-se no âmbito de uma mudança gradativa, em que os comerciantes itinerantes passam de uma total mobilidade para uma localização completamente fixa.

O alcance espacial máximo é a área determinada por um raio a partir de uma dada localidade central. Dentro dessa área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central, visando à obtenção de bens e serviços. Para além dela, deslocam-se para outros centros que lhes estão mais próximos, implicando, assim, em menores custos de transporte ou em menor tempo gasto. O alcance espacial mínimo, por outro lado, compreende a área em torno de uma localidade central, que engloba o mínimo de consumidores suficientes, para que um dado comerciante nela se instale.

O alcance espacial máximo e o mínimo variam de acordo com os diferentes bens e

serviços. Variam ainda em função do nível de demanda da população, isto é, densidade demográfica, renda e padrão cultural. O alcance espacial máximo, por sua vez, é profundamente dependente dos custos de transporte. Nas áreas onde há transportes baratos e um nível de demanda elevado o alcance espacial máximo é amplo e o mínimo reduzido, conseqüentemente sendo aquele maior do que este. Isto significa que, além de terem sido satisfeitas as condições para que alguns comerciantes se instalem em uma localidade central há, ainda, uma área de mercado onde os consumidores ali residentes procuram essa localidade central, proporcionando aos ali instalados, lucros adicionais.

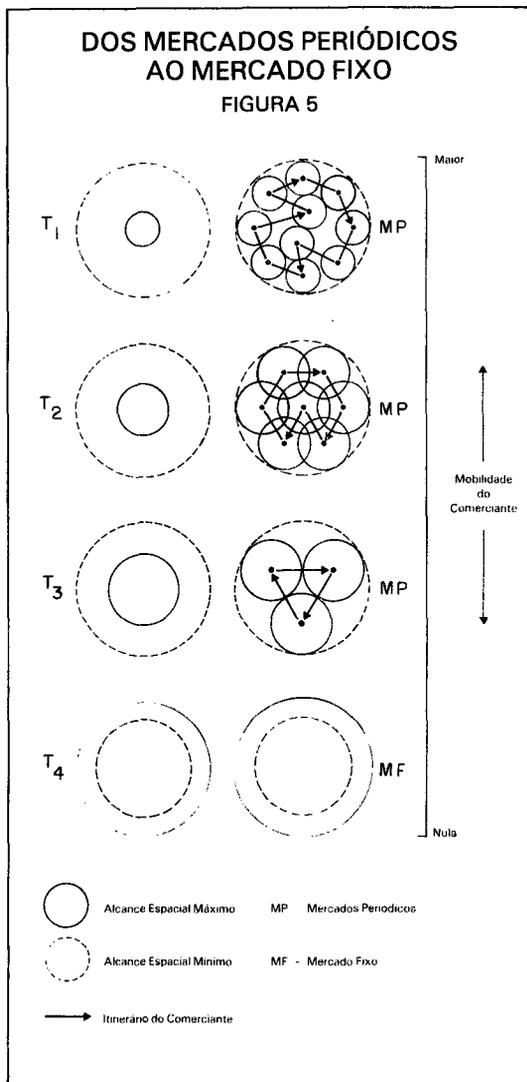
Mas, é possível que o inverso ocorra, isto é, que o alcance espacial máximo seja menor do que o alcance espacial mínimo. Em que condições isto ocorre? O alcance espacial máximo tende a reduzir-se quando existe, de um lado, alto custo de transporte diminuindo as possibilidades de deslocamento da população e, de outro, quando essa população dispõe de pequena renda. A limitada renda, por sua vez, tende a ampliar o alcance espacial mínimo, tornando-o em alguns casos, maior do que o alcance espacial máximo: em razão da baixa renda, é necessário que se amplie o número de consumidores para justificar a instalação de comerciantes em um pequeno centro, e isto far-se-á ampliando a área de modo a conter um maior número de consumidores.

O que significa o alcance espacial máximo inferior ao alcance espacial mínimo? Significa que parte do número de consumidores necessários para a instalação de comerciantes, em uma localidade central, encontra-se em uma área além daquela de onde é possível deslocar-se para a localidade central. Stine argumenta que, nesta situação, a única possibilidade que resta aos comerciantes é a de se tornarem móveis, deslocando-se em grupos, de centro para centro. Deste modo justificam a própria existência ao atender a uma clientela dispersa mas próxima dos pequenos centros. Assim, em determinados dias cada pequeno

²⁶ Stine, ver Bibliografia.

centro transforma-se em mercado, reunindo comerciantes e consumidores.

A Figura 5 refere-se ao outro ponto considerado por Stine. Descreve a mudança gradativa de um comerciante que passa da mobilidade (T_1 , T_2 e T_3) para uma localização fixa (T_4). Esta mudança verifica-se no processo de redução progressiva da diferença entre o alcance espacial máximo e o mínimo: originalmente maior o alcance espacial mínimo, em T_4 passa a ser menor do que o alcance espacial máximo. Redução esta que é concomitante à diminuição progressiva dos custos de transportes e à melhoria do nível de renda da população.



Em T_1 os consumidores possuem mínima mobilidade, levando o comerciante a realizar múltiplos deslocamentos. Em T_2 o comerciante move-se menos, mas, como em T_1 , seus deslocamentos realizam-se no âmbito de uma área que constitui o alcance espacial mínimo. Em T_3 apenas três mercados periódicos são visitados. Finalmente em T_4 o comerciante não mais se desloca, localizando-se de modo fixo. Os consumidores, por sua vez, aumentam a mobilidade a cada etapa. Em T_4 deslocam-se apenas para um único mercado, perfazendo, em média, um percurso maior. Deste modo Stine procurou explicar, através de um único comerciante, a passagem da periodicidade locacional para uma localização fixa.

Ampliando o raciocínio de Stine considera-se que se esta mudança gradativa verifica-se de modo a envolver um conjunto de comerciantes e não apenas um único, a evolução passa a referir-se à passagem de mercados periódicos, cada vez menos numerosos, para um mercado fixo.

A explicação econômica, formulada por Stine, tornou-se consagrada, tendo sido considerada como básica para se entender um modelo corrente de distribuição de bens e serviços nos países subdesenvolvidos. No entanto, Bromley, Symanski e Good²⁷ criticam a ênfase nas explicações econômicas, para se compreender os mercados periódicos. Afirmam que se deve levar em consideração o contexto social e o desenvolvimento histórico da atividade comercial: para os autores citados, os padrões e sistemas de trocas estão fundamentados em sistemas de valores modelados por processos culturais. Argumentam que os mercados periódicos resultam e persistem devido às necessidades dos produtores, à organização do tempo e à inércia e vantagens comparativas dos mercados.

Em relação às necessidades dos produtores eles comentam que²⁸:

“Muitos dos primeiros comerciantes locais eram produtores procurando uma saída para seus produtos ou meios de obter outros produtos, e seus clientes usualmente também eram produtores. Como resultado, os primeiros mercados tinham que estar adaptados às necessidades dos produtores — co-

²⁷ R. J. Bromley et alii, ver Bibliografia. — ²⁸ R. J. Bromley et alii, ver Bibliografia, p. 531.

merciantes de tempo parcial e não dos comerciantes de tempo integral. A periodicidade era uma vantagem para muito dos participantes do mercado, em função de serem diversos seus papéis econômicos”.

Em relação à organização do tempo Bromley, Symanski e Good²⁹ argumentam que os mercados periódicos estão:

“associados a conceitos sócio-culturais de tempo, à duração da semana ou mês e à existência de dias dedicados ao descanso, cerimônias religiosas, reuniões públicas e festividades (...).

Muitas instituições econômicas e sociais já existiam quando as instituições regulares de comércio começaram a se desenvolver. Em muitas partes do mundo, as instituições iniciais de comércio tinham que estar coordenadas com o calendário definido pela rotina da produção, religião, administração, repouso e recreação”

Os autores argumentam, ainda, que muitas áreas que possuem mercados periódicos apresentam condições de possuírem comerciantes fixos, negociando com muitos tipos de produtos. No entanto, os mercados periódicos coexistem com os comerciantes fixos ou existem sem eles, apesar da possibilidade dos mesmos existirem: argumentam, então, que as explicações de Stine apoiadas no conceito de alcance espacial máximo e mínimo, bem como a proposição da mudança gradativa da mobilidade para a fixidez, não dão conta da realidade, em parte, pelo fato de não considerarem a gênese dos mercados.

Em relação às origens dos mercados, Bromley, Symanski e Good³⁰ argumentam que, normalmente, os:

“mercados originaram-se em sociedades estratificadas com marcante divisão do trabalho e fortes influências e ligações externas. Os comerciantes de fora desempenharam importante papel estimulando a criação de mercados locais, e muitos dos participantes locais dos primeiros mercados estavam empregados principalmente em atividades econômicas fora do lugar do mercado”.

Em razão dessas origens, tornou-se necessário que os produtores — vendedores — consumidores escolhessem em comum o dia para realizarem seus negócios. Este dia

podia ser o tradicional dia de descanso semanal ou o dia em que estavam acostumados a convergirem para local para atividades religiosas e pagamento de tributos. O dia e também o local eram, no entanto, determinados, em parte, por instituições e agentes preexistentes e não diretamente vinculados ao mercado.

Os autores, por outro lado, ao reconstruírem hipoteticamente a gênese e o desenvolvimento dos mercados, argumentam que, à medida em que se ampliam o comércio e a divisão do trabalho, surgindo a possibilidade de comerciantes atuarem em tempo integral, verifica-se que a comercialização diária somente será possível se cada localidade tiver seu mercado em um dia diferente das demais: se todas tiverem o mercado no mesmo dia as aspirações dos comerciantes, de se tornarem de tempo integral, não serão realizadas. Como a periodicidade dos mercados já estava solidamente estabelecida, a mesma foi mantida, adaptando-se a ela os novos comerciantes de tempo integral. Esta adaptação verificou-se através do deslocamento periódico e sistemático dos comerciantes para as diversas localidades que mudaram os dias de seus mercados, passando estes a se realizarem em dias diferentes. Surge, assim, um sistema espaço-temporal de mercados periódicos tal como a literatura descreve.

Este sistema poderá caracterizar totalmente o processo de distribuição dos pequenos centros ou poderá conviver, mais tarde, com a presença de comerciantes fixos nos mesmos centros de mercado. O desaparecimento total, ou quase total, dos mercados periódicos, por outro lado, não seria o simples resultado da ampliação do alcance espacial como quer Stine. Pressupõe que assim seja, mas implica, também, em outros aspectos, envolvendo mudanças no padrão cultural e na estrutura das atividades comerciais.

A sazonalidade dos mercados .

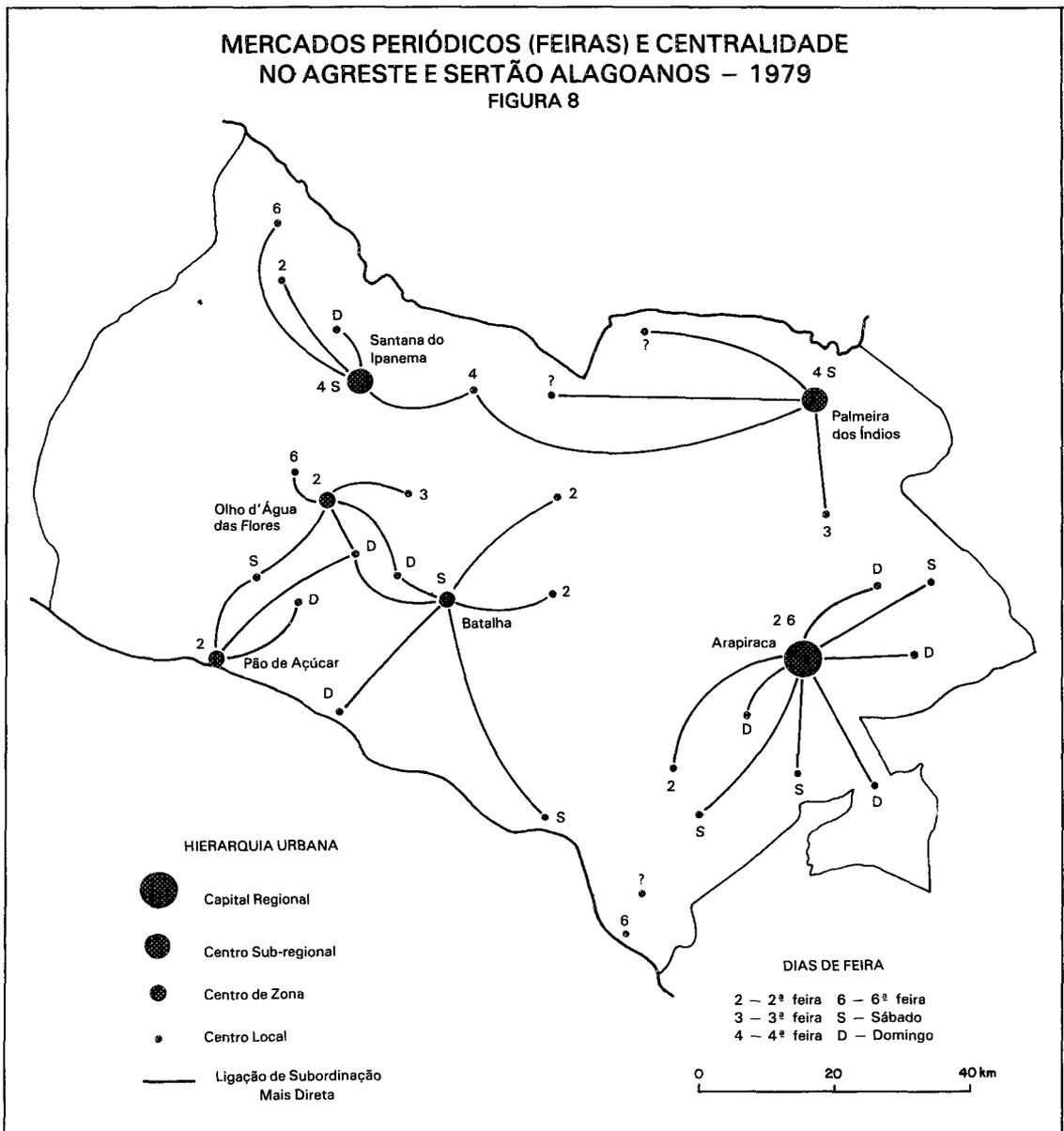
Existe, ainda, uma outra dimensão da periodicidade dos mercados. Caracteriza-se pela natureza sazonal, de acordo com os períodos de safra e entressafra, e não segundo um ciclo curto, realizado em período de uma semana ou de 10 dias, por exemplo. Esta di-

²⁹ R. J. Bromley et alii, ver Bibliografia, p. 531. — ³⁰ R. J. Bromley et alii, ver Bibliografia p. 534.

a) As feiras ocorrem em centros de diferentes tamanhos e funções. Ocorrem em povoados, vilas e pequenas sedes municipais, com menos de 5.000 habitantes, como Igaci, Dois Riachos, Olivença e Lagoa da Canoa. Ocorrem em centros de zona como Pão de Açúcar e Olho d'Água das Flores, e em centros sub-regionais como Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios, esta com população entre 30 e 40.000 habitantes. Mesmo em uma cidade com cerca de 90.000 habitantes, em 1980, como é o caso de Arapiraca, as feiras desempenham enorme papel na vida urbana;

b) Quanto maior for a importância da cidade, em termos de centralidade, maior será a importância absoluta de sua feira, importância determinada segundo o número de participantes e a área de atuação da mesma. Nas cidades mais importantes, como Arapiraca, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema, há duas feiras semanais; uma de caráter regional e outra visando eminentemente ao abastecimento urbano de produtos alimentares (ver Figura 8).

A feira das segundas-feiras em Arapiraca é, por exemplo, uma das maiores, senão a maior de todo o Nordeste. Abriga cerca de



5.000 barracas que se distribuem através de 20 logradouros aproximadamente. É uma feira regional, atraindo vendedores e consumidores de ampla área.

Por outro lado, a cidade de Arapiraca não só possui a maior feira do Agreste e do Sertão de Alagoas, como também dispõe de um comércio atacadista que abastece, entre outros clientes, até os próprios feirantes.

c) No entanto, quanto menor a centralidade de uma cidade, maior a importância relativa da feira semanal, para a vida urbana. Assim, para as pequenas sedes municipais de Palestina ou Coité do Nóia, o dia de feira é, efetivamente, o dia em que o pequeno núcleo passa a exercer alguma centralidade. Nos demais dias, estes e outros pequenos centros constituem núcleos rurais.

Para cidades como Arapiraca e Palmeira dos Índios, ainda que o dia de feira seja o dia em que o comércio estabelecido realize o maior volume de vendas, os outros dias constituem-se em dias onde estes núcleos exercem, também, significativa centralidade, através de negócios realizados com o seu comércio e serviços especializados.

d) Os pequenos centros, via de regra, têm determinado o dia de feira, de modo a não conflitar com o da feira regional da localidade central a que a mesma está subordinada. Por sua vez, os pequenos centros, mesmo próximos entre si, podem ter as suas feiras nos mesmos dias. É o que ocorre, por exemplo, na área mais próxima a Arapiraca, onde os núcleos de Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Coité do Nóia têm suas feiras no domingo. Outros centros têm suas feiras no sábado, enquanto a de Arapiraca é na segunda-feira.

e) Do lado da oferta, os participantes da feira incluem pequenos produtores rurais e comerciantes com lojas em cidades como Arapiraca, Palmeira dos Índios e, mesmo em centros menores, até pessoas que são feirantes de profissão. Do lado da demanda, os participantes constituem tanto a população rural como a população urbana, esta última abrangendo pessoas dos mais diversos níveis de renda e ocupação.

f) Muitos feirantes prosperando, acabam fixando-se em determinado local, estabelecendo uma loja comercial em um centro urbano, como é o caso de muitos dos lojistas

de Arapiraca. No entanto, a localização fixa não implica, necessariamente, no abandono da itinerância, ou da posse de barracas, armadas em frente às lojas, nos dias de feira.

g) Não existe um único esquema espaço-temporal sincronizado, entre os comerciantes itinerantes, mas vários simultâneos. Assim, os comerciantes itinerantes que, na segunda-feira, estão em Arapiraca, na terça-feira têm várias opções, como a de venderem seus produtos nas feiras de Igaci ou Riacho Grande, um pequeno núcleo no Município de Santana do Ipanema, ou, ainda, dedicarem-se a outras atividades. Aos domingos, entre as opções, estão as feiras de Lagoa do Rancho (um pequeno núcleo no Município de Arapiraca), Lagoa da Canoa e Marimbondo.

h) Há uma variação sazonal nos itinerários realizados por alguns feirantes. Esta sazonalidade é definida em termos de "inverno", período de chuvas que se estende de maio a setembro, e "verão", período seco, que ocorre sobretudo nos meses de outubro a abril. O fim do "inverno" é o período de colheitas do fumo, do feijão, do algodão e do milho, os principais produtos agrícolas do Agreste e do Sertão de Alagoas. É a época em que há mais dinheiro circulando, aumentando a demanda nas duas mencionadas áreas. Na Zona da Mata, a safra da cana-de-açúcar (o principal produto regional) é, no "verão", época em que a demanda aumenta.

A diferença sazonal da safra leva muitos comerciantes itinerantes a adotar circuitos sazonais. Assim, na segunda-feira, nos meses de "verão", um feirante pode estar na feira de São Miguel dos Campos e não na de Arapiraca, enquanto que no sábado e no domingo pode vender nas feiras de Penedo e Campo Alegre, respectivamente, e não nas feiras localizadas no Agreste ou no Sertão de Alagoas.

i) Coexistência (sobretudo em Arapiraca) da feira com o moderno setor de serviços e comércio especializado: eletrodomésticos, concessionárias de automóveis e caminhões, óticas, supermercado (este pertencente a uma grande rede nordestina com sede no Recife), bancos, etc. Esta coexistência, aparentemente, não implica em conflitos entre os feirantes, de um lado, e os comerciantes e empresas de serviços im-

plantados na cidade, de outro. Ao contrário, parece haver interesses comuns. Isto nos remete ao terceiro modo como se estrutura a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos: uma estruturação apoiada na coexistência de dois circuitos, um moderno — o circuito superior, e o tradicional — o circuito inferior, conforme define Santos³².

OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA

O terceiro modo como está organizada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos diz respeito ao desdobramento da rede em dois circuitos econômicos. Segundo Santos,³³ os trabalhos pioneiros sobre o assunto devem-se a J.H. Boeke (com um estudo de 1942 sobre a Indonésia), a Clifford Geertz e, sobretudo, a Theodore Mc Gee (sobre o Sudeste Asiático). Milton Santos,³⁴ a quem se deve a primeira sistematização sobre o tema, vem, desde o final da década de 60, abordando a questão, conforme se exemplifica com seus estudos de 1970 e 1977.³⁵

A Contribuição de Milton Santos

O processo de modernização tecnológica, verificado nos países subdesenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial, por atuar de forma muito relativa, teve o papel, segundo Santos,³⁶ de dividir a vida econômica desses países em dois circuitos de produção, distribuição e consumo. Um deles (o circuito superior) é diretamente resultante da modernização tecnológica, enquanto o outro (inferior) deriva, indiretamente, da citada modernização tecnológica, dirigindo-se aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram com o progresso. Nas palavras de Santos:³⁷

“A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na so-

cidade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo”.

Essas diferenças são a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo.

Os dois circuitos econômicos, no entanto, não podem ser vistos como constituindo um dualismo ou uma dicotomia urbana. Constituem, ao contrário, uma bipolarização, pois possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, apresentando-se interligados. Os dois circuitos, em realidade, não estão isolados entre si. Primeiramente, porque a existência de uma classe média que utiliza um e outro circuito impede o isolamento. Em segundo lugar porque existem articulações de complementaridade e de dependência, envolvendo intercâmbios de insumos entre os dois circuitos. A longo prazo, entretanto, prevalece a dependência do circuito inferior ao superior.

De modo simplificado, considera-se que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria voltados para a exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. Sua clientela, urbana ou regional, é formada pelas classes ricas, satisfazendo, entretanto, parcela expressiva das demandas da classe média. Por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva: a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços compõem a ampla gama do circuito inferior, que atende, sobretudo, às classes pobres.

O Quadro I,³⁸ a seguir, descreve, de modo claro, as características de ambos os circuitos:

Os dois circuitos da economia são facilmente revelados através da paisagem das grandes cidades do Terceiro Mundo: modernos *shopping centers* que, muitas vezes, não estão distantes de um conjunto de bi-

³² M. Santos 1979, ver Bibliografia. — ³³ M. Santos 1979, ver Bibliografia. — ³⁴ M. Santos 1979, ver Bibliografia.

³⁵ M. Santos 1970 e 1977, ver Bibliografia. — ³⁶ M. Santos 1979, ver Bibliografia. — ³⁷ M. Santos 1979, ver Bibliografia. — ³⁸ M. Santos 1979, ver Bibliografia, p. 34.

QUADRO I.

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Características	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grandes quantidades e/ou alta qualidade	pequenas quantidades, qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	pessoal não institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção: produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	frequente
Overhead capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula e quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

roscas; ruas onde convivem lojas departamentais, pertencentes às grandes organizações capitalistas, ou lojas especializadas em artigos de luxo, e vendedores ambulantes com sucedâneos baratos dos artigos vendidos nas lojas; suntuosas agências bancárias e feios e sujos depósitos de ferro-velho e papel. O funcionamento dos dois circuitos também é detectável com certa facilidade. O estudo de Santos³⁹ sobre o papel dos atacadistas articulando os dois circui-

tos econômicos em Lima, no Peru, é um exemplo. Ao que tudo indica, no espaço urbano, os dois circuitos estão espacialmente imbricados.

E em relação à rede regional de localidades centrais? Como os dois circuitos interferem na organização e funcionamento dos centros de uma dada rede regional?

Segundo Santos,⁴⁰ os dois circuitos da economia interferem na rede de localidades centrais estruturando-a de modo a que cada

³⁹ M. Santos 1982, ver Bibliografia. — ⁴⁰ M. Santos 1979, ver Bibliografia.

centro atue simultaneamente nos dois circuitos, dispondo de duas áreas de influência.

A interferência se faz, em realidade, através dos mecanismos básicos de estruturação da hierarquia urbana, o alcance espacial mínimo e máximo. Para se compreender isto, é necessário considerarmos três níveis hierárquicos de centros: a metrópole, a cidade intermediária e a cidade local.

No circuito inferior, o alcance espacial mínimo é reduzido nos três níveis de localidades centrais. O alcance espacial máximo, por sua vez, é relativamente maior na cidade local do que na intermediária. Na metrópole, apresenta tendência a confundir-se com os seus limites urbanos, ou seja, os bens e serviços oferecidos pelas atividades do circuito inferior não atraem residentes fora do centro metropolitano, atendendo apenas à demanda de uma vasta população pobre cidadina. A cidade local, por sua vez, tem sua centralidade apoiada, basicamente, nas atividades desse circuito, entre elas as que se reúnem nos mercados periódicos: atraem consumidores de uma relativa longa distância.

No circuito superior, o alcance espacial mínimo assume certa expressão espacial, tanto na metrópole como nas cidades intermediárias. Na cidade local é hipotético pois, efetivamente, a pequena localidade central não desempenha funções vinculadas a esse circuito. Nos países subdesenvolvidos, a pequena renda da maioria da população faz com que o número de pessoas capazes de justificar o aparecimento de atividades modernas esteja localizado em uma vasta área, muito além do alcance espacial máximo da cidade.

O alcance espacial máximo, por outro lado, é inexistente na cidade local, assumindo expressão na cidade intermediária e, sobretudo, na metrópole. Na realidade, é através do circuito superior que o centro metropolitano estabelece relações com a sua área de influência, mas é conveniente considerar que esta área não é espacialmente contínua. A distribuição de bens e serviços pela metrópole caracteriza-se por apresentar descontinuidades espaciais. Isto se deve ao

fato de o circuito superior estar voltado para as atividades modernas e para a população de nível de renda elevado, capaz de consumir bens e serviços desse circuito. Como essa população efetivamente consumidora acha-se concentrada em alguns pontos do território — especialmente nas localidades centrais mais importantes da hinterlândia metropolitana —, verifica-se a referida descontinuidade.

A Figura 9a pretende resumir o que foi exposto. A cidade local atua, efetivamente, através do circuito inferior, enquanto a metrópole o faz através do superior. As cidades intermediárias desfrutam uma centralidade que lhes é fornecida pelos dois circuitos, ora um tendo maior importância, ora o outro.

A Figura 9b, por sua vez, constitui um esforço visando a representar, teoricamente, a rede de localidades centrais, de acordo com os dois circuitos da economia.⁴¹ Reproduz a versão diagramática e geral das idéias de Christaller — o modelo de localidades centrais de acordo com o princípio de mercado —, introduzindo-se as duas áreas de influência de que cada centro dispõe.

Sem excluir a teoria das localidades centrais, a contribuição de Santos, na realidade, ultrapassa-a, enriquecendo-a. Diz ele que:⁴²

“O problema dos dois circuitos da economia urbana aparece, portanto, como um aspecto essencial dos inumeráveis problemas que os países subdesenvolvidos enfrentam atualmente. É também um testemunho da falência das teorias e dos esforços de planificação do desenvolvimento tentados até agora, pelo menos nos países de economia liberal”.

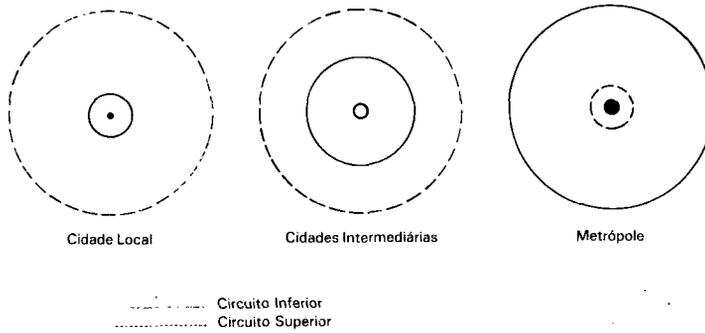
A rede de localidades centrais dos países subdesenvolvidos é uma das dimensões espaciais (talvez a mais importante) dos dois circuitos da economia urbana. Reflete a pobreza de parcela considerável da população, isto é, o resultado das diversas formas de exploração social. Nesse sentido, e por essa via, o estudo das redes de localidades centrais no Terceiro Mundo ganha uma dimensão política.

⁴¹ M. Santos 1979, ver Bibliografia. — ⁴² M. Santos 1979, ver Bibliografia, p. 287. — ⁴³ G. I. Missen e M. I. Logan, ver Bibliografia.

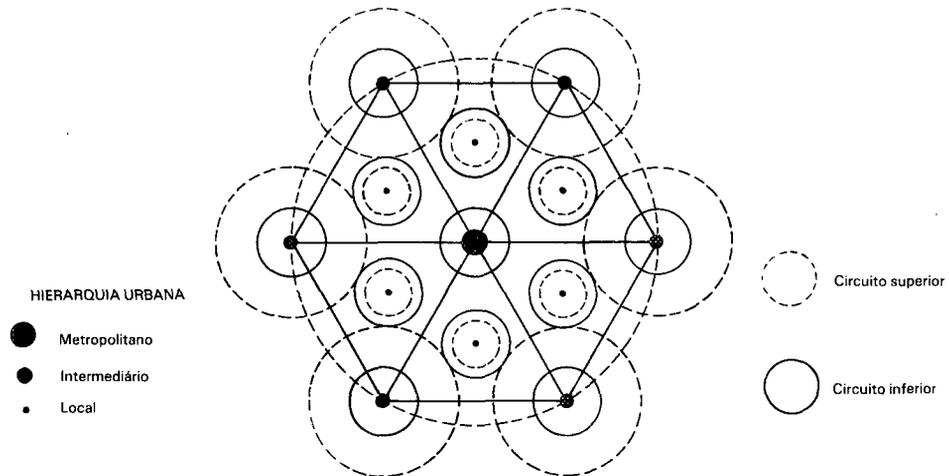
OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA E A REDE DE CENTROS URBANOS

FIGURA 9

(a) Importância Relativa das Zonas de Influência dos Dois Circuitos em Relação aos Diferentes Níveis Urbanos



(b) O Hexágono de Christaller, Princípio de Mercado, Alterado pelos dois Circuitos da Economia



O estudo de Missen e Logan⁴³ é um excelente exemplo de verificação das proposições de Santos. Refere-se à planície de Kelantan na porção ocidental da Malásia, uma área rural onde o circuito inferior da economia é extremamente significativo, sendo o mais importante em todos os centros urbanos.

Missen e Logan consideram que o circuito inferior é em parte determinado pela grande oferta de pessoas que necessitam trabalhar. A entrada delas no circuito faz-se através de variados modos de fracionamento da cadeia de comercialização e pela aceitação de

níveis mínimos de margem de lucro. Verificam, também, a complexidade das relações entre os dois circuitos, indicando várias cadeias de comercialização, de acordo com a origem dos produtos e a localização dos intermediários e consumidores.

Outros Estudos

Contribuição semelhante encontra-se no estudo de Corrêa,⁴⁴ onde é considerado o comportamento espacial dos consumidores em áreas onde convive uma população de

⁴⁴ R. L. Corrêa, ver Bibliografia.

alto, médio e baixo *status* sócio-econômicos. Isto implica em diferenças de nível de consumo que⁴⁵ "refletem, em última análise, a capacidade que cada grupo de *status* sócio-econômico tem em gastar maior ou menor percentual de sua renda em bens e serviços que aqueles estritamente necessários à sobrevivência".

A população de médio e alto *status*, constituída pelos proprietários dos meios de produção e assalariados regulares e bem remunerados, que constitui o segmento social com poder aquisitivo e mobilidade espacial⁴⁶ "pode se deslocar à procura de bens e serviços que não são oferecidos localmente, dirigindo-se às localidades centrais de maior nível hierárquico, onde são oferecidos bens e serviços de menor freqüência de consumo e mais caros. Em realidade, esta população de médio e alto *status* sócio-econômico compra ou utiliza os bens e serviços oferecidos pelos centros locais, capitais sub-regionais e pela capital regional. Para esta população existe realmente uma hierarquia urbana".

Os assalariados irregulares e regulares mal remunerados, os camponeses e aqueles engajados no *terciário primitivo* possuem

condições de comprar ou utilizar apenas uma parcela dos produtos e serviços oferecidos na região em que vivem. Segundo Corrêa:⁴⁷

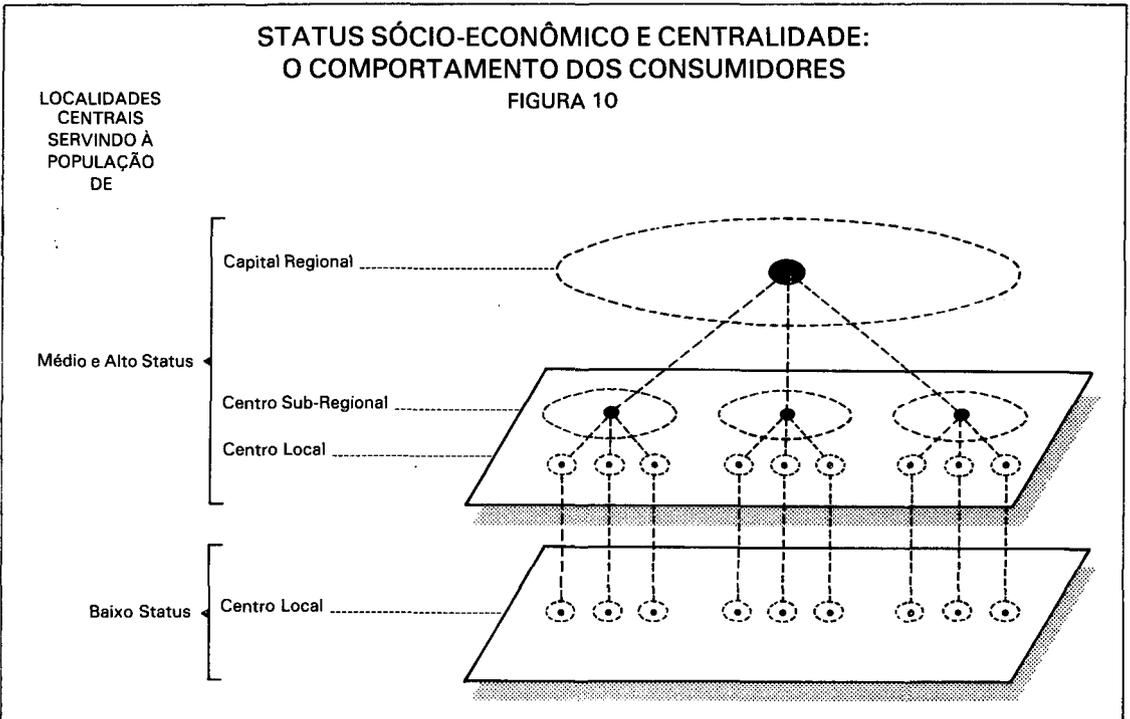
"Seu consumo se limita a bens extremamente necessários, obtidos através de uma agricultura de subsistência, e localmente através do artesanato tradicional ou de firmas que distribuem uma gama variada de produtos industriais de qualidade inferior e baratos. Os serviços utilizados são mínimos, sendo prestados por órgãos governamentais quando estes fazem sentir sua ação, ou por pessoas não qualificadas profissionalmente, como "curiosos" e "curandeiros".

A população de baixo *status* possui limitada mobilidade espacial. Para ela, não existe de fato uma hierarquia urbana, utilizando apenas os centros locais para satisfação de sua reduzida demanda: na realidade, a hierarquia de localidades centrais existe apenas em função da população de médio e alto *status*.

A Figura 10 procura descrever o comportamento espacial da população dos dois grupos de *status* sócio-econômico. A rede urbana desdobra-se em dois planos que, de

STATUS SÓCIO-ECONÔMICO E CENTRALIDADE:
O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES

FIGURA 10



⁴⁵ R. L. Corrêa, ver Bibliografia, p. 54. — ⁴⁶ R. L. Corrêa, ver Bibliografia, p. 54. — ⁴⁷ R. L. Corrêa, ver Bibliografia, p. 55.

certo modo, reportam-se aos dois circuitos da economia a que Milton Santos se refere.⁴⁸ Segundo Corrêa:⁴⁹

“No (plano) superior está o conjunto hierarquizado de localidades centrais: uma capital regional, 3 capitais sub-regionais e 9 centros locais, cada um atuando como tal. Este conjunto de centros serve à população de médio e alto status sócio-econômico. No plano inferior está o conjunto de nove centros, todos atuando como centros locais e servindo à população de baixo status sócio-econômico. Em outras palavras, o modelo mostra que a capital regional atua, também, como capital sub-regional e centro local para a população de médio e alto status, mas atua somente como centro local para a população de baixo status sócio-econômico”.

Um teste desta proposição foi realizado por Freire, Sant’Anna, Teixeira e Corrêa,⁵⁰ considerando a população residente na vila de São Vicente de Paula, no Município de Araruama, Rio de Janeiro. Trata-se de uma pequena localidade central, de muito baixo nível hierárquico, que não possuía, em 1978 (quando foi feita a pesquisa de campo) nem agência bancária nem médico. Seus mais importantes estabelecimentos comerciais, denominados “bazar” ou “armazém”, possuíam pequenos estoques de uma gama muito variada de bens de consumo freqüente. Sua população era inferior a 2.000 habitantes e situava-se a cerca de 20 km da cidade de Araruama, com a qual se conectava através de 16 viagens diárias de ônibus. De Niterói, distava cerca de 110 quilômetros, e a conexão se fazia através de quatro viagens diárias de ônibus.

As entrevistas realizadas, abrangendo 20% dos domicílios, indicaram que a população tinha comportamento espacial diferenciado, dependendo do seu nível de renda: baixo (até dois salários mínimos), médio (de dois a cinco) e alto (com mais de cinco salários mínimos).

Em relação aos produtos alimentares básicos — arroz, feijão, óleo comestível, farinha de mandioca, sal, açúcar e café —, a vila era o lugar preponderante de compra para todos os níveis de renda. Contudo, a

população de baixo nível de renda comprava somente nos “armazéns” da vila, enquanto os dois outros grupos deslocavam-se para Araruama, Niterói e Rio de Janeiro, onde compravam em modernos supermercados.

Em relação aos produtos de consumo menos freqüente (como sapatos e confecções), verificou-se que o grupo de baixo nível de renda usualmente realizava suas compras na vila, enquanto o grupo de nível de renda média recorria, com razoável freqüência, para Araruama, Niterói e Rio de Janeiro. O grupo de alta renda, por sua vez, predominantemente recorria aos três mencionados centros.

Considerando-se a compra de bens duráveis como aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos, verificou-se que a maioria da população de baixa renda não os possuía; os poucos que dispunham de tais bens tinham, em parte, adquirido-os na própria vila. Os grupos de renda média e alta dispunham, via de regra, de tais produtos, tendo comprado-os sobretudo em Niterói e Rio de Janeiro e não na próxima Araruama. A variedade da oferta e os preços mais baixos explicam esta preferência.

A população de baixo nível de renda, por outro lado, recorria aos serviços de médico geral na cidade de Araruama ou, alternativamente, ao serviço público, oferecido, gratuitamente, um dia por semana na própria vila. A população de nível médio de renda, além dessas opções procurava, também, algumas vezes, centros urbanos maiores. Ao contrário, a população de alto nível de renda raramente usava os serviços médios locais, deslocando-se para Araruama, Niterói e Rio de Janeiro.

Esta pesquisa confirmou, assim, as proposições de Corrêa⁵¹ a respeito do desdobramento da rede de localidades centrais em dois planos, bem como ratificou a proposição mais geral de Santos⁵² sobre os dois circuitos da economia nos países subdesenvolvidos: São Vicente de Paula constitui o principal e quase único centro para a população de baixo nível de renda, para quem não existe, efetivamente, uma hierar-

⁴⁸ M. Santos 1979, ver Bibliografia. — ⁴⁹ R. L. Corrêa, ver Bibliografia, p. 55. — ⁵⁰ L. A. R. Freire e et alii, ver Bibliografia. — ⁵¹ R. L. Corrêa, ver Bibliografia. — ⁵² M. Santos 1979, ver Bibliografia.

quia urbana. Já Araruama, Niterói e Rio de Janeiro constituem os centros hierarquicamente maiores, mas apenas para a população de médio e alto nível de renda, para quem efetivamente existe uma rede hierarquizada de localidades centrais.

TEMAS DE PESQUISA

Nas páginas anteriores, procurou-se apresentar o que se entende por três principais modos de organização da rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. Com toda a certeza a questão não está esgotada. O que se pretende agora é — à guisa de conclusão —, indicar alguns temas de pesquisa que poderão contribuir para uma compreensão mais profunda da questão em pauta. Os temas, que podem ser considerados de forma combinada, são os seguintes:

a) Estudos de temas selecionados como:

I — Redes dendríticas que, dado o modelo colonial que foi implantado no País, têm historicamente marcado a rede urbana brasileira, influenciando, ainda hoje, a sua organização sócio-espacial. Considere-se, por exemplo, os casos de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e mesmo a rede comandada por São Paulo e seu porto de Santos. Questiona-se em que medida uma dada rede regional guarda as características de uma rede dendrítica ou, ao contrário, se a mesma foi afetada por outros processos, tendo sido alterada em seu papel e configuração espacial. Em que medida, ainda, não tem sido reproduzido no interior este mesmo padrão, como se sugere terem sido os casos (em um dado momento) de Ponta Grossa e Londrina, no Paraná, e de Feira de Santana, na Bahia; Montes Claros, em Minas Gerais, e Florianópolis, no Piauí, atualmente?

II — As diferentes formas de periodicidade dos mercados (seja a "feira" semanal do Nordeste ou o estabelecimento sazonal, seja o itinerante sem localização definida como o "regatão" da Bacia Amazônica) estão sempre presentes na literatura relativa ao Terceiro Mundo. Muito pouco se conhece sobre elas no Brasil. Agrava-se, ainda, o fato de que as mudanças que se verificam no País tendem — ao que tudo indica — a

transformar ou mesmo extinguir essas formas. O seu conhecimento sistemático, por outro lado, pode ser extremamente útil em termos de política econômico-social através da incorporação adaptada à organização sócio-espacial do futuro, a exemplo do que ocorre na Lapônia finlandesa e na Sibéria.

III — O comportamento espacial dos consumidores, segundo as diferentes classes sociais. Esta é uma temática praticamente inexplorada na literatura brasileira, e parece ser extremamente útil para se compreender as diversas redes regionais de localidades centrais em seu desdobramento funcional, isto é, os dois circuitos de economia.

IV — Os dois circuitos que compõem a economia urbana. Trata-se da mais fértil temática que poderá enriquecer muito a literatura sobre a organização sócio-espacial do Terceiro Mundo, do Brasil e a própria teoria das localidades centrais. Sugere-se que se considere, de um lado, a variabilidade espacial da importância dos dois circuitos e, de outro, as complexas relações entre ambos os circuitos. Os diversos significados advindos das diferenças que se encontram constituem contribuições fundamentais que estão para ser elaboradas.

b) Estudos comparativos de diferentes redes segundo:

I — Zonas com diferentes modos de organização da produção: zonas de *plantation*, de pecuária extensiva ou semi-extensiva, de pequena produção agrícola e zona urbano-industrial. A zona canvieira nordestina, o sertão pastoril, o oeste catarinense e a região em torno de Campinas são indicadas como possíveis exemplos para estudo.

A base desta proposta reside no fato de que o caráter desigual do subdesenvolvimento brasileiro suscita a necessidade de se conhecer os diferentes modos como estão organizadas as diversas redes regionais de localidades centrais. Elas constituem uma dimensão do subdesenvolvimento em sua realização espacialmente desigual, refletindo diferenciais de demanda das atividades produtivas, de densidade demográfica, nível de renda e padrões de consumo, afetando assim a oferta de bens e serviços.

II — O tempo de existência das diversas redes. As diferenças vão se traduzir, em parte, em diferenças de número de centros e padrões locacionais, em razão das necessidades comerciais e de circulação do momento em que os centros foram implantados e da evolução por que passaram. Pode-se contrastar, por exemplo, uma rede recente de centros — como a do norte mato-grossense — com outra, mais antiga, mantidas, naturalmente, as condições mais ou menos similares em relação ao modo como a produção está organizada.

III — Momentos diferentes do tempo, ou seja, de acordo com os diferentes períodos que caracterizaram uma mesma rede de lo-

calidades centrais, a comparação se faz considerando-se a mesma rede de centros em tempos distintos, e não mais duas redes no mesmo momento. Tal estudo permite que se considere o papel da dinâmica regional, principalmente as mudanças no modo de organização da produção, alterando a rede de localidades centrais. Permite, também, verificar a força de inércia das formas espaciais, isto é, dos centros da rede, submetidos às mudanças na produção, circulação, distribuição e consumo. Como sugestão, pensa-se em áreas de ocupação antiga ou relativamente antiga que passaram por um processo de "modernização" na produção, como se exemplifica com a região de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- BROMLEY, R. J. Os mercados nos países em desenvolvimento: uma revisão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 42 (3): 646-57, 1980.
- _____. et alii. The rationale of periodic markets. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 65(4): 530-37, 1975.
- _____.; SYMANSKI, R. Marketplace in Latin America. *American Research Review*, Austin, 9 (3): 3-38, 1974.
- CARDOSO, M. F. T. C.; AZEVEDO, L. M. P. Rede de localidades centrais: uma tipologia aplicada ao Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44(4): 639-75, 1982.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966, 230 p. (traduzido do alemão por C. W. Baskin).
- CORRÊA, R. L. Status sócio-econômico e centralidade: uma interpretação. *Geografia*, Rio Claro, 2(3): 51-9, 1977.
- FREIRE, L. A. R. et alii. O efeito da renda no comportamento espacial dos consumidores. In: COMUNICAÇÕES do 3º Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978, p. 246-8.
- FRÖLICH, W. The African market system. *British Columbia Geographical Series*, Vancouver, 35 1982, 109 p.
- FUNNEL, D. C. Rural business centres in a low income economy: some theoretical problems. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie*, Rotterdam, 64(2): 89-92, 1973.
- JOHNSON, E. A. J. *The organization of space in developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 1970, 452 p.
- KELLEY, K. B. Dendritic central place systems and the regional organization of Navajo posts. in: REGIONAL analysis, vol. 1, Economic systems. Carol Smith, coord., New York, Academic Press, 1976, p. 219-54.
- LENTNEK, B. et alii. Renda e o padrão espacial do desenvolvimento-econômico. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 240: 17-30, 1974.
- LINSKY, A. S. Some generalizations concerning primate cities. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 55(3): 506-13, 1965.
- MISSEN, G. I.; LOGAN, M. I. National and local distribution systems and regional development: the case of Kelantan in West Malaysia. *Antipode*, Worcester, 9(3): 60-74, 1977.
- OLIVEIRA, A. E. A ocupação humana. In: AMAZONIA: desenvolvimento, integração e ecologia. E. Satali, M. O. R. Shubert, W. Junk, A. E. Oliveira, coord., São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1983, p. 144-327.

- PLATTNER, S. M. Periodic Trade in developing areas without markets. In: REGIONAL analysis, vol. 1, Economic systems. Carol Smith, coord., New York, Academic Press, 1976, p. 69-89.
- SANTOS, M. Une nouvelle dimension dans l'étude des réseaux dans les pays sous-développés. *Annales de Géographie*, 434: 425-45, 1970.
- _____. Spatial dialectics: the two circuits of urban economy in underdeveloped countries. *Antipode*, Worcester, 9(3): 49-60, 1977.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, 345 p.
- _____. A articulação dos modos de produção e os dois circuitos da economia urbana: os atacadistas de Lima. In: ENSAIOS sobre a urbanização latino-americana. Milton Santos, coord., São Paulo, HUCITEC, 1982, 126-140.
- SKINNER, G. W. Marketing and social structure in rural China. Part I. *Journal of Asian Studies*, Princeton, 24(1): 3-43, 1964.
- SMITH, C. Causes and consequences of central-place types in Western Guatemala. In: REGIONAL analysis, vol. 1, Economic systems. Carol Smith, coord., New York, Academic Press, 1976, p. 225-300.
- SMITH, R. H. T. Periodic market-places and periodic marketing: review and prospect, I. *Progress in Human Geography*, London, 3: 471-505, 1979.
- _____. Periodic market-places and periodic marketing: review and prospect, II. *Progress in Human Geography*, London, 4: 1-31, 1980.
- STINE, Temporal Aspects of Tertiary Production Elements in Korea. In: URBAN Systems and Economic Development. F. R. Pitts, coord., Eugene. University of Oregon, 1962, p. 68-88.